

Amin é contra prorrogação do FEF

Senador acha ampliação para 2001 desnecessária se a CPMF for mantida e a alíquota tiver aumento

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA — A manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com alíquota superior aos atuais 0,20%, uma das medidas do pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo federal na última semana, pode esvaziar a necessidade de prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), alternativa ainda em estudo pela equipe econômica do governo. Essa é a opinião do senador Esperidião Amin (PPB), recém-eleito governador de Santa Catarina.

“Se for aprovada a CPMF não há por que prorrogar e ampliar o FEF; acho que isso não está nos planos do governo”, afirmou. “A CPMF deve ser aprovada, a menos que se encontre alternativa melhor.” Criado em 1996, o FEF significa retenção de 20% das receitas de Estados e municípios e seria extinto no fim de 1999. A equipe econômica, porém, quer prorrogar até 2001 a vigência do fundo e aumentar a retenção de recursos para até 40% da receita. Amin não quis comentar a possibilidade e defendeu a manutenção da CPMF. “O FEF não está na proposta do governo, mas sim a reforma tributária”, insistiu.

Segundo o senador, a sobrevinda da CPMF deve ser discutida tendo em vista a reestruturação do sistema tributário, cujo projeto final poderá ser apresentado pelo governo ainda este ano. “O que não pode é ficar como está; o imobilismo não é só do governo, é do Congresso também”, disse Amin, referindo-se à mais polêmica das reformas que o governo terá pela frente. Ele concorda com as linhas gerais da proposta, especialmente com a introdução do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), principal tributo da cesta de impostos a ser criada. “Nós precisamos disso”, avaliou. Na sua opinião, porém, esse tributo deve ser acompanhado de um “fundo de equalização”, para evitar desequilíbrios fiscais.

Momento decisivo — Amin está convencido de que o País passa por um momento decisivo. Faz duras críticas ao impacto do programa de ajuste fiscal do governo — “o pacote aumenta o custo Brasil” —, mas acredita que não



Dida Sampaio/AE-5/1/97

Amin: ‘Quero ver um governador do PT reduzir as despesas sem demitir’

há motivo para fugir do aperto nas finanças públicas ou adiar o investimento em políticas que promovam o desenvolvimento econômico. “Nós não vamos nos conformar só com a recessão; não gastar mais do que se arrecada é um dever elementar”, afirmou. “Não precisa de crise nem de especulação para saber isso, qualquer dona de casa sabe.”

“Se vier uma recessão pesada, nós vamos diminuir a nossa atividade econômica e tudo o que estamos fazendo para aumentar alíquota de impostos vai esbarrar nessa retração e, consequentemente, teremos menos impostos mesmo com mais alíquotas”, argumentou o governador eleito. “Temos de investir em algumas coisas para crescer.” Ele defendeu a definição de ações em quatro frentes como garantia de crescimento e controle do desemprego: incentivos à propriedade familiar; políticas especiais para as pequenas e microempresas; estratégias para promover a atividade turística e incentivo radical às exportações.

Para ele, a criação de um fundo de aval ajudaria a tornar viáveis as pequenas e microempresas, “mesmo com essa taxa de juros absurda que está aí”. O senador criticou o peso da burocracia oficial que dificulta o acesso des-

ses empresários aos recursos destinados a eles. “Todos os créditos anunciados pelo governo federal para a pequena e microempresa não saíram do papel por falta de um mecanismo garantidor da operação.” O governador eleito também defendeu a adoção de um “tratamento vip” para aumentar as exportações. “Agora será dramaticamente necessário aumentar as exportações, sob pena de termos todos os números negativos, como temos hoje.”

Modelo — Segundo Amin, o ajuste vai adequar o modelo de gestão pública à nova realidade do País. Poderá ser a transição definitiva dos tempos da inflação para a estabilidade econômica.

“A administração pública não aprendeu isso por causa de vícios decorrentes da inflação, mas agora, com moeda estável, o equilíbrio das finanças públicas torna-se imperioso.”

O governador eleito lembrou que no ano passado o Brasil registrou déficit de US\$ 36 bilhões só na balança de serviços, uma situação “insustentável”, que precisa ser corrigida. “No ano passado, nosso déficit foi maior do que o que estamos pedindo agora para o Fundo Monetário International (FMI); nós torramos, inconscientemente, aquilo que agora

estamos pedindo ao FMI.” Para ele, há Estados que já fizeram seu ajuste e quem ainda não fez vai ter de fazer. “O governo federal não está exigindo, de repente, que os governos fiquem austeros, a austeridade é um imperativo na moeda estável”, comentou. “E o governo vai ter de cumprir a sua missão também, primeiro vai ter de fazer a lição de casa, que ainda não fez”, acrescentou.

“A Lei Camata não nasceu ontem”, frisou o senador. Ele é contra a prorrogação dos prazos de enquadramento à lei que obriga os Estados a gastar no máximo 60% de suas receitas com o pagamento de pessoal. “Quem gastar mais do que 60% com pessoal está quebrado aqui, na China, em qualquer lugar do mundo”, acrescentou. “Com moeda estável não tem condições de fugir.”

No caso de Santa Catarina, Amin declarou-se disposto a ajustar as contas assim que assumir o governo. “Meu Estado terá de ser um bom exemplo, até numa homenagem ao Vilson Kleinuning”, disse, referindo-se ao senador e amigo, morto há uma semana, vítima de câncer. Vilson Kleinuning (PFL-SC) era um dos principais defensores da austeridade nos gastos públicos dentro do Congresso. Amin enumerou as pendências que vai assumir a partir de 1.º de janeiro: o atual governo, disse, ainda não pagou o 13.º salário do ano passado e as obras mais importantes estão paralisadas por falta de recursos. “A situação é dramática”, avaliou. “Nós vamos ter de fazer um ajuste financeiro para nos valer o mais rapidamente possível da infra-estrutura do Estado.”

Desafio — Na sua opinião, o crescimento da oposição nos Estados pode, ao contrário do que se teme, ser “melhor” para o presidente Fernando Henrique Cardoso. “O Olívio Dutra (governador eleito do Rio Grande do Sul pelo PT), por exemplo, tem um grande desafio que é reduzir as despesas com pessoal”, disse Amin. “É importante ver um governador do PT, do PT ortodoxo, administrar isso; quero ver para aprender como é que se faz para reduzir a 60% a despesa com pessoal sem demitir ninguém”, desafiou.

“Também será muito importante ver o ex-presidente Itamar Franco, o pai do Real, acertar a situação financeira de Minas”, disse. “Se ele conseguir manter a estabilidade da moeda sem esse remédio amargo, é o nosso candidato à Presidência em 2002.”

PROPOSTA DE TRATAMENTO VIP PARA EXPORTAÇÕES